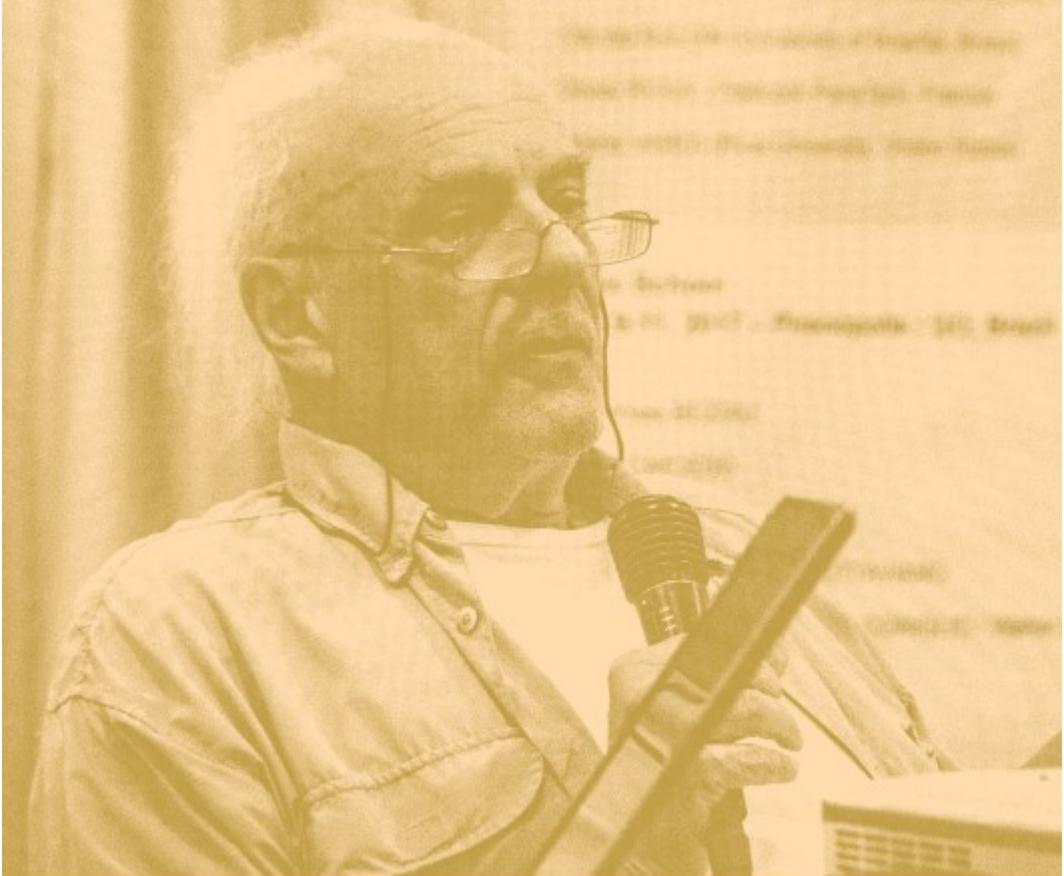


Arley Morenum Liber Amicorum

Homenagem a Arley Ramos Moreno *in memoriam*



Cassiano Terra Rodrigues
(organizador)



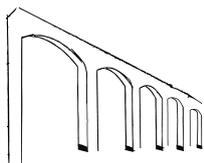
Fausto CASTILHO

FiloCzar

Cassiano Terra Rodrigues
(Organizador)

Arley Morenum Liber Amicorum
Homenagem a Arley Ramos Moreno *in memoriam*

São Paulo
2020



Fundação **FAUSTO CASTILHO**

FiloCzar

Copyright © 2020 by *FiloCzar* e *Fundação Fausto Castilho*

Editores: César Mendes da Costa e Monica Aiub da Costa

Revisão: Monica Aiub

Tradução: Cassiano Terra Rodrigues

Projeto Gráfico: Editora FiloCzar

Conselho Editorial: Adriano Naves de Brito (UNISINOS); José Barrientos Rastrojo (Universidade de Sevilha); Gustavo Leal-Toledo (UFSJ) João de Fernandes Teixeira (UFSCar); Liana Gottlieb (ECA-USP); Mauro Araújo de Souza (Fundação Santo André); Osvaldo Pessoa (USP); Paulo Abrantes (UNB); Sofia Miguens (Universidade do Porto).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Arley Morenum Liber Amicorum [livro eletrônico] :
homenagem a Arley Ramos Moreno in memoriam /
organização Cassiano Terra Rodrigues. -- 1. ed.
-- São Paulo : Editora FiloCzar : Fundação
Fausto Castilho, 2020.
PDF

ISBN 978-65-87117-35-5

1. Artigos filosóficos 2. Filosofia 3. Moreno,
Arley Ramos, 1943-2018 I. Rodrigues, Cassiano Terra.

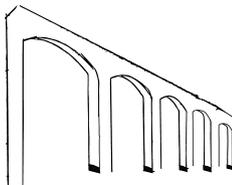
20-53539

CDD-100

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia 100

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



Fundação **FAUSTO CASTILHO**

FiloCzar

Rua Durval Guerra de Azevedo, 511

Parque Santo Antônio

São Paulo – SP CEP: 05852-440

Tels.: (11) 5512-1110 - 96781-9707

E-mail: cesar@editorafiloczar.com.br

www.editorafiloczar.com.br

Sumário

Prefácio

Cassiano Terra Rodrigues

Opera autem honorabilis

1. Do gesto ao signo

Arley Ramos Moreno

Tabula Gratulatoria

1. Um pouco do Arley que conheci

Marcos Chaer

2. Congratulações ao Prof. Dr. Arley Moreno

Silvia Faustino de Assis Saes

3. Poème for Moreno: Montagne, c'est la mer

Soun-gui Kim

4. Homenagem de Fernando Oliboni

Fernando Oliboni

Legatum philosophicum

1. Sobre os monstros de Liceti e outros entes imaginários em filosofia

Gustavo Arroyo

2. Comunicação crítica, processos artísticos e experiência estética

Rafael Lopes Azize

3. Arley Moreno e a tragédia da léxis

Hector Benoît

4. Os quatérnios e a obsessão da família Peirce

Walter Carnielli

5. A pulsação sob a letra: Pela quebra de um silêncio histórico no estudo do som de fala.

Eleonora Cavalcante Albano

6. Jogos-de-linguagem e respeito mútuo nas redes sociais: devemos nos calar?

Ricardo Peraça Cavassane; Maria Eunice Quilici Gonzalez; Renata Silva Souza; Mariana Broens

7. A ideia de obra na arte contemporânea

Celso F. Favaretto

8. Semelhança e mimese no pensamento de Adorno e de Benjamin

Jeanne-Marie Gagnebin

9. Semelhanças de família

Oswaldo Giacoia Junior

10. Terapia filosófica, lei de não-contradição e a encarnação de Deus

Susana Gómez

11. A inserção nos jogos de linguagem da perspectiva de uma epistemologia do uso

Cristiane Gottschalk

12. Sêneca e Wittgenstein: duas filosofias terapêuticas

Valério Hillesheim

13. A poética das coisas sem nome

Ivo A. Ibri

14. Na arte é difícil dizer algo tão bom quanto: nada dizer

João José R. Lima de Almeida

15. Os nomes próprios têm sentido e referência?

João Marcos

16. Compreensão e descrição em Wittgenstein

Antônio Marques

17. Ludwig Wittgenstein e o conceito de persuasão: Uma aplicação política da leitura dos conceitos de “imagem” e “vontade” de Arley Moreno

Horacio Luján Martínez

18. Conversa sobre tradução

Salma Tannus Muchail

19. Traduttore – Traditore

Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento

20. Epistemologia do traduzir

Paulo Oliveira

21. Instinto, impertinência da dúvida e forma de vida

Wagner Teles de Oliveira

22. Conceitos básicos de Teoria de Sistemas e Auto-organização
Itala Maria Loffredo D'Ottaviano

23. Uma tipologia da escrita de alternativas de Wittgenstein
Alois Pichler

24. Peirce, Wittgenstein e a filosofia do senso-comum
Cassiano Terra Rodrigues

25. Sobre inefáveis
João Carlos Salles

26. Wittgenstein, um socrático antiplatônico: para um certo uso de Wittgenstein
Antonia Soulez

27. A criatividade em matemática
Norma Claudia Yunez-Naude

Sobre o homenageado

Sobre os autores

Sobre o organizador

15. Os nomes próprios têm sentido e referência?¹

João Marcos

Introdução

Os nomes próprios têm sentido e referência? Se, baseados na obra de Frege, tivéssemos de dar uma resposta de tipo ‘sim-não’ a esta questão, nada seria mais imediato: “sim, eles têm”. Naturalmente, temos antes de explicar bem o que são nomes próprios, mas isso também não é muito difícil. No artigo “Sobre sentido e referência”, publicado em 1892, Frege, muito amplamente, afirma: “Por ‘signo’ e por ‘nome’, entendi aqui qualquer designação que represente um nome próprio, cuja referência, portanto, é (esta palavra tomada na sua acepção mais ampla) um determinado objeto, mas não um conceito nem uma relação”. Além disso, ele acrescenta: “A designação de um objeto singular pode também consistir em várias palavras ou outros signos linguísticos. Para sermos breves, chamaremos de ‘nome próprio’ toda designação desse gênero”².

Na lógica formal contemporânea, termos singulares são comumente concebidos como análogos dos nomes próprios nas linguagens naturais. Mas, embora “a interpretação formal dos termos singulares em linguagens francamente extensionais seja incontroversa”, há “perspectivas rivais acerca de como entender nomes próprios nas linguagens naturais”³. Se seguirmos atentamente o desenvolvimento da teoria de Frege, confirmaremos que os nomes próprios podem ali de fato se apresentar como palavras singulares, como, por exemplo, ‘Aristóteles’, como palavras singulares precedidas de artigos definidos, como, por exemplo, ‘o tigre’, e também como descrições definidas, como, por exemplo, ‘o discípulo de Platão’ e ‘o grande e feroz felino listrado’. Surpreendentemente, veremos que até mesmo um enunciado

¹ Este texto, nunca antes publicado, foi originalmente escrito em inglês, em 1997, no início do meu mestrado, ocasião em que tive aulas com os professores Arley Moreno e Michael Wrigley, a quem dedico este ensaio. A assistência do professor Cassiano Rodrigues, então meu colega de pós-graduação, foi inestimável na produção da presente tradução. As traduções para português dos textos originais de Frege, Kripke e de alguns de seus comentadores que aqui são citados foram uniformizadas, revistas ou modificadas por mim para versões que me parecem mais aceitáveis do que aquelas que foram de fato publicadas na nossa língua. Buscamos fidelidade ao manuscrito original deste ensaio; a única modificação digna de nota do texto original feita na presente ocasião consiste no acréscimo da referência para um artigo que eu viria a escrever vários anos mais tarde, depois de aprender alguma Lógica, no qual eu introduzi um operador modal para representar o uso assertórico — kripkeano — da noção de essência. Este capítulo foi traduzido por Cassiano Terra Rodrigues.

² Frege, “Sobre o sentido e a referência”, 1892, in: *Lógica e Filosofia da Linguagem*, pp. 131-132.

³ Haack, *Filosofia das Lógicas*, pp. 91-92.

completo constitui um nome próprio, uma vez que tem por referência um objeto, a saber, um valor-de-verdade.

No presente ensaio, deixamos de lado as designações complexas de objetos, e nos concentramos nos nomes próprios mais simples: aqueles que podem ser invocados com apenas uma palavra: o nome de uma pessoa, uma cidade, um país, etc. Não nos interessa, tampouco, tratar de nomes possivelmente não denotativos, como os da ficção. Veremos aqui como, nos escritos de Frege, nomes próprios chegam a ter um sentido e uma referência, e atingiremos este objetivo por duas vias diferentes.

Nossa primeira abordagem segue a ordem temporal. Podemos ver que desde seus primeiros escritos Frege está empenhado em um projeto de vida: ele deseja dar uma base firme à Aritmética, derivando-a exclusivamente da Lógica. Ele crê que uma linguagem formal adequada se faz necessária — ideia esta que ele toma de Leibniz — e também está convencido de que as verdades aritméticas são analíticas — contrariando Kant. Mas a precoce classificação de verdades aritméticas de Frege também difere da de Kant, desprovida que está de uma noção de informatividade; por isso, Frege não consegue apresentar uma interpretação razoável para a diferença em valor cognitivo entre os enunciados de identidade ' $a = a$ ' e ' $a = b$ '. Ele dispõe de alguns princípios operatórios, como a intersubstitutividade *salva veritate* e o princípio do contexto, que o ajudam a vislumbrar uma saída. Como resultado, vemos como surge a teoria do sentido e da referência.

Se tivermos sucesso na nossa primeira empreitada, a seguinte será muito mais fácil e parecerá até mesmo mais natural — ao menos para nós, com a perspectiva histórica a nosso favor. Nossa próxima abordagem parte do final, do nosso conhecimento da principal meta de Frege e da sua mais cara noção de 'Pensamento', uma entidade tardia em sua teoria, mas cuja real existência o interessa sobremaneira. Ao caracterizarmos o Pensamento como o sentido de um enunciado, com certas propriedades, também veremos qual é a referência de um enunciado, a saber, o seu valor-de-verdade. Supondo uma linguagem ideal bem desenvolvida, podemos submeter seus enunciados a uma interpretação inovadora, diferente da interpretação gramatical que apenas separa sujeito de predicado. Quando reconhecermos, com Frege, a relação primitiva entre a parte e o todo em meio aos vários domínios de análise, veremos, mais uma vez, os nomes próprios mais simples adquirirem um sentido e uma referência.

As duas abordagens são evidentemente correlatas e complementares, e tentaremos, como é natural, conseguir auferir alguma vantagem de sua combinação.

Nosso próximo passo é criticar a teoria de Frege. Não foram muitos os que discordaram da exigência de Frege por uma referência para os nomes próprios, mas a exigência de um sentido foi amplamente condenada. Mais recentemente, Kripke viu algumas semelhanças entre a sua própria posição e a de John Stuart Mill, acreditando não ser possível existir algo como um sentido entre o nome próprio e sua referência. Kripke também trabalha com uma classificação diferente de verdades, bem como com um vocabulário muito mais sofisticado, o qual inclui a linguagem da lógica modal. Seus ensaios redirecionam a atenção filosófica a questões negligenciadas de necessidade metafísica e necessidade natural, particularmente as questões do nomear e da identidade. Dessa perspectiva, Kripke elucida alguns equívocos conceituais comuns acerca da terminologia ligada aos ‘mundos possíveis’ e fornece um delineamento de uma teoria alternativa da referência, a qual ele crê ser inevitável nesta altura.

Frege

Ao começo

Leibniz tinha um sonho. Ele sonhava com um cálculo universal pela aplicação mecânica do qual poderíamos derivar sistemática e racionalmente a totalidade do conhecimento humano. Ele acreditava piamente que uma Lógica reformada era crucial para esta grande realização. Para isso, porém, também seria indispensável construir “uma linguagem universal, planejada para exprimir qualquer pensamento claro, para testar a validade de toda inferência por mero cálculo”⁴. Esta ideia de uma linguagem de caráter universal influenciou Gottlob Frege profundamente. Nas suas próprias palavras:

Em seus escritos, Leibniz semeou tamanha profusão de sementes de ideias que, nesse aspecto, ele é praticamente o único de sua estirpe. [...] Considero uma parte dessas sementes a ideia à qual Leibniz se aferrou durante toda sua vida com a maior tenacidade, a saber, a ideia de uma *lingua characterica*, a qual, em sua mente, ligava-se da maneira mais próxima que possível à de um *calculus ratiocinatur*. Era precisamente o fato de tornar possível realizar certo tipo de computação que Leibniz via como a principal vantagem de uma escrita que compusesse um conceito com base em seus constituintes, em vez de compor uma palavra com base em seus sons. Dentre todas as esperanças que ele alimentava nessa matéria, podemos até hoje partilhar esta com total convicção.⁵

⁴ Sluga, *Gottlob Frege*, p. 62.

⁵ Frege, “Booles rechnende Logik und die Begriffsschrift”, 1880-81, in: *Nachgelassene Schriften*, p. 9.

Na primeira de suas obras principais, *Begriffsschrift* (traduzida como *Conceitografia*), de 1879, sua preocupação central era “construir uma linguagem formalizada do pensamento puro, quer dizer, um sistema simbólico mais regular do que a linguagem cotidiana e melhor adaptado para assegurar a exatidão na dedução, porque serviria tão somente para o essencial, a saber, o conteúdo conceitual, em oposição à ênfase retórica”⁶. Este livro não pretende fornecer uma linguagem tão poderosa quanto esperava Leibniz, mas um instrumento para um propósito mais específico e restrito, a saber, a expressão das leis da lógica formal. Frege começa aqui a introduzir sua primeira reforma real da Lógica, tomando como modelo o cálculo matemático. Isso pode ser entendido como o começo do projeto logicista: se pudermos derivar todo o corpo da Aritmética de leis absolutamente gerais da Lógica, e somente delas, teremos simultaneamente justificado o uso científico de uma notação conceitual e, de modo suficientemente substancial, refutado as dúvidas acerca da validade de nosso conhecimento aritmético.

Uma das principais preocupações de Frege em sua obra seguinte, *Die Grundlagen der Arithmetik* (traduzida como *Os Fundamentos da Aritmética*), de 1884, é provar uma tese acerca da natureza das verdades aritméticas. Ele pergunta: são elas sintéticas ou analíticas? São elas *a priori* ou *a posteriori*? Mais especificamente, Frege deseja mostrar que as verdades aritméticas são analíticas *a priori*. Observamos aí os termos empregados nas obras de Immanuel Kant, do século anterior. Mas como o próprio Kant entende essas noções?

Consideremos antes o segundo par conceitual: *a priori* / *a posteriori*. Segundo Kant, “uma verdade é conhecida *a priori* se é conhecida independentemente de qualquer experiência de como as coisas são no mundo, ao passo que uma verdade conhecida *a posteriori* é uma verdade conhecida com base numa investigação empírica; uma verdade que é conhecida, e só pode ser conhecida, como um resultado da experiência”⁷. Disso decorre que uma verdade aritmética, como a verdade da equação $5 + 7 = 12$, é conhecida *a priori*, mas o fato empírico de que a grama é verde é conhecido, e só pode ser conhecido, *a posteriori*.

Tomemos agora o primeiro par conceitual: analítico / sintético. Aqui, Kant distingue um do outro dizendo que “enunciados analíticos são aqueles em que o conceito do predicado já está contido no conceito do sujeito, de modo que para verificar se um tal enunciado é verdadeiro ou não necessitamos apenas examinar os termos que nele ocorrem; ao passo que enunciados sintéticos são aqueles em que dois conceitos diferentes são

⁶ Kneale & Kneale, *The Development of Logic*, p. 478.

⁷ Grayling, *An Introduction to Philosophical Logic*, p. 45 et seq.

unidos, ou ‘sintetizados’, e seu valor-de-verdade deve ser verificado recorrendo ao exame do mundo, para ver se as coisas são como o enunciado alega que elas são”⁸. Os enunciados tautológicos, como “todos os homens casados são casados”, são claramente analíticos, mas enunciados como “todos os corpos são extensos no espaço” são também analíticos, pois seu valor-de-verdade depende somente dos conceitos envolvidos, e não, como no caso de um enunciado sintético como “a grama é verde”, da maneira como as coisas acontecem de ser no mundo.

Poderíamos conjecturar que analítico e *a priori* são noções equivalentes, e, logo, são também equivalentes sintético e *a posteriori*. Não obstante, o par de noções *a priori* / *a posteriori* diferencia claramente entre modos de conhecimento, enquanto a classificação apresentada pelo par sintético / analítico, ao contrário, implica ao menos algumas considerações gramaticais. Kripke insistirá, muito mais tarde, que essas distinções são feitas em termos diferentes — uma em termos de epistemologia, a outra em termos de semântica. Exatamente por essa razão, não devemos insistir que elas coincidam — e essa é, aliás, a perspectiva do próprio Kant. Boa parte dos esforços deste último é dedicada a explicar como coisas como juízos sintéticos *a priori* são possíveis, mostrando que eles ocupam um lugar extremamente importante em qualquer teoria acerca do conhecimento humano. De fato, na teoria kantiana, todo o discurso matemático, tanto o aritmético quanto o geométrico, é sintético *a priori*.

Então, como poderia ser que Frege defendesse a concepção de que a Aritmética é analítica? Primeiro, temos de notar que ele entende as coisas um tanto diferentemente, apresentando as distinções kantianas de maneira própria, enfatizando não o conteúdo do juízo, tampouco o método de chegar até ele, mas sim a sua justificação. Como explica um de seus comentadores:

Notemos, antes de mais nada, que tem de haver uma justificação se for mesmo o caso de falarmos de conhecimento (seja *a priori* ou *a posteriori*). Com efeito, tradicionalmente, a diferença entre conhecimento e mera crença é que o conhecimento é uma crença que é verdadeira e justificada. Falar de um erro [uma falsidade] *a priori*, afirma Frege, é tão sem sentido quanto falar de um conceito azul, pois conhecer *a priori* é uma forma de conhecer, e só podemos conhecer aquilo que é verdadeiro.⁹

Nas palavras do próprio Frege:

⁸ *id.*, mas ver também Kant, Crítica da Razão Pura, A 7/ B 10-11; ver ainda B 4.

⁹ Kenny, *Frege*, p. 56 *et seq.*

Se um enunciado é, em meu sentido, chamado de *a posteriori* ou de analítico, não estão em julgamento as condições psicológicas, fisiológicas e físicas que tornam possível formar na consciência o conteúdo do enunciado, nem tampouco a maneira como alguém mais, talvez erroneamente, chegou a tomá-lo por verdadeiro, mas sim aquilo sobre o que se assenta mais fundamentalmente a justificação de ser ele tomado como verdadeiro.¹⁰

Frege, pensando em como deve ser uma demonstração matemática, rejeita claramente todo componente psicológico que possa ser sugerido. Somente leis lógicas gerais e definições cuja admissibilidade é estabelecida por essas leis devem ser permitidas numa demonstração de um enunciado analítico. Se uma demonstração envolve verdades pertencentes à esfera de alguma ciência específica, o enunciado correspondente é sintético. Frege continua:

Para que uma verdade seja *a posteriori* requer-se que sua demonstração não se possa realizar sem apelo a questões de fato, isto é, a verdades indemonstráveis e sem generalidade, contendo asserções acerca de objetos particulares. Se, pelo contrário, é possível conduzir a demonstração apenas a partir de leis gerais que não admitem nem exigem demonstração, a verdade é *a priori*.¹¹

O que percebemos com essa explicação é que Frege considera a diferença entre a distinção *a priori* / *a posteriori* e a distinção analítico / sintético como uma mera questão de grau de generalidade. Se, como ele acredita, pudéssemos derivar as verdades aritméticas das leis da Lógica, e somente delas, então a Aritmética teria de ser analítica e, evidentemente, *a priori*.

Recordemos aqui, pois, algumas coisas. Segundo Kant, um enunciado é analítico sempre que o conceito do predicado estiver contido no do sujeito. Assim, se alguém apreendeu o sujeito de um enunciado analítico, não aprenderá nada de novo a partir deste último. Neste sentido pode-se dizer que tal enunciado é trivial ou não informativo. Mas Frege acredita que a maior parte das verdades aritméticas são não-triviais. De acordo com sua própria perspectiva, ele pode justificar tal intuição: os enunciados analíticos são aqueles que, através de modos puramente lógicos de raciocínio, decorrem de verdades puramente lógicas, e tal nova definição nada nos diz a

¹⁰ Frege, *Os Fundamentos da Aritmética*, § 3.

¹¹ *ibid.*

respeito da noção de conteúdo informativo. Da perspectiva da preocupação filosófica principal de Frege — o estatuto epistemológico da Matemática — poderíamos supor que ele desenvolve a teoria do sentido exatamente para “oferecer uma explicação precisa sobre o que é o conteúdo de um enunciado, ou como ele é determinado”¹². Consideremos enunciados da forma ‘ $a = b$ ’. Temos duas expressões, uma de cada lado do sinal de igualdade, e, acerca disso diz Frege, “uso essa palavra [igualdade] no sentido de identidade, e entendo ‘ $a = b$ ’ no sentido de ‘ a é o mesmo que b ’ ou ‘ a e b coincidem’”¹³. Mas é certo que enunciados da forma ‘ $a = a$ ’ parecem ter valor cognitivo diferente de enunciados da forma ‘ $a = b$ ’. Embora reconheçamos imediatamente que expressões como ‘ $a = a$ ’ valem *a priori*, rotulando-as como analíticas, não é óbvio que poderíamos fazer o mesmo com expressões como ‘ $a = b$ ’, as quais não raro implicam extensões valiosas de nosso conhecimento. Eis porque Frege supõe, na sua *Conceitografia*, que a identidade não é uma relação entre objetos, mas entre nomes ou signos de objetos. Se simplesmente designássemos a mesma coisa tanto pelos nomes ‘ a ’ e ‘ b ’, dificilmente conseguiríamos explicar qualquer diferença entre os valores cognitivos dos enunciados ‘ $a = a$ ’ e ‘ $a = b$ ’. Contudo, se compreendemos ‘ a ’ e ‘ b ’ como nomeando ou designando a mesma coisa, mas de duas maneiras diferentes, poderíamos evidenciar a informatividade do segundo enunciado, mesmo se mostrássemos que ‘ $a = b$ ’ se trata de uma verdade lógica. Dessa forma, ‘ $2 + 2 = 4$ ’ é analítico, já que é um teorema da teoria lógica fregueana, embora não seja trivial, já que ‘ $2 + 2$ ’ tem um sentido diferente de ‘ 4 ’. Frege entenderia tanto ‘ $2 + 2$ ’ e ‘ 4 ’ como signos, ou combinações de signos, *exprimindo* sentidos diferentes, mas *referindo* ou *designando* a mesma referência. Sem tal distinção entre sentido e referência, teríamos de concluir que

[...] todo o conteúdo da Aritmética [...] consistiria em nada mais do que instâncias maçantes desse princípio maçante [o Princípio da Identidade, ‘ $a = a$ ’]. Se isso fosse verdade, a Aritmética teria por certo um conteúdo bem modesto. Mas a situação, de fato, não é bem esta. Quando os primeiros astrônomos se deram conta de que a estrela Vésper (Hesperus) era idêntica à estrela d’alva (Phosphorus) [...] tal cognição foi incomparavelmente mais valiosa do que uma mera instância do Princípio da Identidade: todo objeto é idêntico a si próprio, mesmo que isso também não seja mais do que a cognição de uma identidade. Assim, se o enunciado de que $233 + 798$ é o mesmo

¹² Currie, *Frege — An introduction to his philosophy*, p. 101.

¹³ Frege, “Sobre o sentido e a referência”, *op. cit.*, nota 1, p. 129.

número que 1031 tem um valor cognitivo maior do que uma instância do Princípio da Identidade, isso não nos impede de considerar o signo de igualdade em ‘ $233 + 798 = 1031$ ’ como um sinal para a identidade.¹⁴

Perguntamo-nos agora: como pode Frege, com a maior displicência, passar de um exemplo linguístico para um matemático? Lembremo-nos de seu comprometimento para com o desenvolvimento de uma linguagem artificial, projetada para ser mais adequada ao trabalho científico. Ele declara que uma pessoa não pode evitar usar distinções linguísticas ao estabelecer regras lógicas, “pois sem a linguagem não nos podemos entender um ao outro e, em última instância, temos de confiar em que os outros compreendam as palavras, as inflexões e as construções sentenciais, no essencial, identicamente a nós mesmos”¹⁵. Afinal, ele quer que sua conceitografia opere indiferentemente com signos, expressões ou palavras, dado que todos designam objetos. Então, realmente realizamos a mesma operação igualando expressões numéricas, como em ‘ $2 + 2 = 4$ ’, ou palavras de nosso vocabulário, como em ‘Héspero é Fósforo’. ‘Héspero’, também conhecido como ‘a estrela Vésper’, e ‘Fósforo’, também conhecido como ‘a estrela d’alva’, eventualmente vieram a ser descobertos como nomes diferentes do mesmo corpo celeste, a saber, o planeta Vênus; conseqüentemente, quando dizemos ‘Héspero é Fósforo’, revelamos inquestionavelmente uma extensão valiosa de nosso conhecimento. Indicamos o mesmo planeta por via de dois modos diferentes de apresentação, temos dois nomes próprios, cada qual exprimindo um sentido diferente para a mesma referência.

Contudo, talvez sejamos demasiado infieis ao espírito de Frege ao apresentarmos as coisas desta forma. Nos *Fundamentos*, ele nos incita, na maior parte do tempo, a nunca olhar para a referência de uma palavra isoladamente, mas unicamente no contexto de um enunciado. Ele chama essa regra de *princípio do contexto*. Então não deveríamos realmente nos ocupar tanto assim da palavra ‘Héspero’ destacada de todo contexto, fora de um enunciado. Mas aqui podemos usar dois argumentos de defesa: primeiro, quando o próprio Frege escreveu os *Fundamentos*, ele não tinha ainda feito a distinção entre sentido e referência, como ele mesmo admite; segundo, o enunciado completo não poderia ter uma referência se uma de suas partes não tivesse uma referência. E “o fato mesmo de que nos preocupamos com a referência de uma parte da sentença indica que admitimos e

¹⁴ Frege, carta a Peano, *Wissenschaftlicher Briefwechsel*, p. 195.

¹⁵ Frege, “Sobre o conceito e o objeto”, 1892, in: *Lógica e Filosofia da Linguagem*, p. 115.

exigimos uma referência para a própria sentença”¹⁶. Aqui, Frege pode por certo advogar em causa própria:

Tenho, porém, empregado aqui a palavra ‘parte’ de um modo peculiar, a saber, eu transferi a relação entre o todo e parte de um enunciado para a sua referência. Isto o fiz ao conceber a referência de uma palavra como parte da referência de um enunciado no qual esta palavra ocorre. Certamente, essa maneira de falar é discutível, porque, no que tange à referência, o conhecimento do todo e de uma de suas partes não determina a outra parte, e também porque a palavra ‘parte’, quando aplicada aos corpos, é empregada em outro sentido. Uma expressão especial precisaria ser inventada [para o uso que aqui fizemos].¹⁷

Frege nunca deixa de reclamar quanto à (inevitável) inadequação da expressão linguística. A linguagem cotidiana não é confiável em questões lógicas. Mas essas são apenas justificações adicionais para o desenvolvimento de uma linguagem simbólica melhorada. Frege segue pedindo ao leitor para encontrá-lo a meio caminho. Além disso, ele insiste: “O trabalho na Lógica simplesmente é, em larga medida, uma luta contra os defeitos lógicos da linguagem — linguagem que ainda continua sendo para nós uma ferramenta indispensável. Somente depois que nosso trabalho lógico tiver sido completado é que possuiremos um instrumento mais perfeito”¹⁸.

Agora, vamos supor que temos um enunciado verdadeiro, como “Héspero é um planeta”. Como sabemos que Héspero e Fósforo são nomes alternativos para Vênus, deveríamos então ser capazes de construir outro enunciado verdadeiro, “Fósforo é um planeta”. Este fenômeno é chamado de ‘intersubstitutividade *salva veritate*’, um apotegma leibniziano que Frege deseja sustentar: “*eadem sunt, quae sibi mutuo substitui possunt, salva veritate*”. Não obstante, devemos ter em mente que tal intersubstitutividade não está garantida em todos os contextos. Ela pode não funcionar se não estivermos realmente usando uma palavra, mas apenas a mencionando, como em “‘Héspero’ contém a letra ‘e’”. Evidentemente, não poderíamos também dizer “‘Fósforo’ contém a letra ‘e’”. Frege explica que em tal citação indireta o nome ‘Héspero’ não designa a sua referência, mas sim o seu sentido.

¹⁶ Frege, “Sobre o sentido e a referência”, *op. cit.*, p. 138.

¹⁷ *ibid.*, p. 141.

¹⁸ Frege, “Meine grundlegenden logischen Einsichten”, 1915, in: *Nachgelassene Schriften*, p. 272.

Finda a discussão sobre essas sutilezas linguísticas, podemos agora definitivamente retornar ao estudo dos nomes próprios com as almas pacificadas. Conforme seguirmos, faremos brevemente alguns apontamentos sobre o sentido e a referência dos nomes.

Numa linguagem logicamente perfeita (uma *conceitografia*), deve-se exigir que toda expressão construída como um nome próprio de maneira gramaticalmente correta a partir de signos previamente introduzidos designe efetivamente um objeto, e que nenhum signo seja introduzido como nome próprio sem que lhe seja assegurada uma referência. Os manuais de Lógica alertam acerca da ambiguidade das expressões como uma fonte de erros lógicos. Considero no mínimo igualmente apropriado alertar acerca dos aparentes nomes próprios que carecem de qualquer referência.¹⁹

Podemos considerar uma expressão como ‘a série que converge mais lentamente’, expressão esta que tem um sentido, já que é gramaticalmente bem formada, mas que de modo algum poderia ter uma referência: que objeto matemático poderia ser por ela designado? Poderíamos evitar casos como este, por exemplo, fazendo uma estipulação específica de que ‘a série que converge mais lentamente’ deve referir o número 0, ou outro objeto arbitrário. Poderíamos fazer o mesmo no caso de um nome ficcional, como ‘Pégaso’. Dado um nome próprio como os que queremos discutir aqui — um nome de uma pessoa real, de uma cidade, país, etc — é claro contudo que não necessitaremos tais artifícios.

O sentido de um nome próprio é apreendido por todos que estejam suficientemente familiarizados com a linguagem ou com a totalidade de designações a que o nome próprio pertence; isto, porém, só de maneira parcial elucida a referência do nome, caso ele tenha uma. Para um conhecimento total da referência, seria preciso que fôssemos capazes de dizer, de imediato, para cada sentido dado, se este se liga ou não a essa referência. Isto, porém, nunca conseguiríamos fazer.²⁰

Os comentários anteriores são sem dúvida relevantes, mas é importante registrar ainda que o caminho do nome à referência pressupõe um passo intermediário no sentido, e não o contrário. Somente sob as condições acima, ao apreender um sentido, uma pessoa está segura de ter uma referência. A todo signo corresponde

¹⁹ Frege, “Sobre o sentido e a referência”, *op. cit.*, p. 147.

²⁰ *ibid.*, p. 132.

um sentido definido e a ele, por sua vez, corresponde uma coisa significada, enquanto a uma dada coisa significada (um objeto) não corresponde apenas um signo. Somente numa linguagem perfeita deveríamos esperar poder reverter a máquina sem risco de estragá-la, pois aí não teríamos variações de sentido para um mesmo nome.

Um nome próprio deve ter pelo menos um sentido (na acepção em que uso essa palavra), senão ele será apenas uma mera sequência vazia de sons, e seria ilegítimo chamá-lo de nome. Mas para que tenha um uso em Ciência deve-se exigir também que ele tenha uma referência, que designe ou nomeie um objeto. Assim, é mediante um sentido, e somente mediante um sentido, que um nome próprio se relaciona com um objeto.²¹

Frege novamente

Desde o fim

Ao trabalharmos com o princípio do contexto como método geral para analisar enunciados, sempre é necessário consultar o enunciado em questão antes de perguntar pela referência de quaisquer palavras ou expressões particulares que nele ocorrem. Alguns pensam que Frege simplesmente abandonou esse princípio nos seus últimos anos, à medida que passou a desenvolver suas considerações semânticas, quebrou a noção de significado nas noções de sentido e referência, e passou a assimilar enunciados a nomes. Outros defendem que se tratou apenas de uma sofisticação de sua posição anterior. Talvez pudéssemos na realidade conceber uma versão mais forte daquele princípio, que se aplicaria à obra madura de Frege: diríamos que neste momento o princípio defende a prioridade do significado sentencial sobre o significado das palavras.

Com efeito, temos de reconhecer uma distinção importante entre a nova Lógica proposta por Frege e a Lógica de Aristóteles, ou mesmo a de Boole, coetâneo de Frege. Enquanto Boole e Aristóteles, dentre muitos outros, diriam, por exemplo, que os conceitos são primordiais e os enunciados decorrem deles, Frege chegaria a afirmar o contrário disso, a saber, que “conceitos são sempre alcançados pela divisão dos juízos, pela análise; eles não são dados em separado e o juízo não é composto de constituintes previamente dados”²². Nessas questões, conforme nos aproximamos da doutrina kantiana da prioridade dos juízos sobre os conceitos, e da “caracterização dos

²¹ Frege, “Digressões sobre o sentido e a referência”, 1882-95, in: *Lógica e Filosofia da Linguagem*, p. 168.

²² Sluga, *op. cit.*, p. 92.

conceitos como predicados de juízos possíveis”²³, vemos quem é o verdadeiro ancestral de Frege. Pela possivelmente infeliz escolha do nome de *Conceitografia*, Frege terá de se desculpar, em função da sugestão equivocada de uma via operativa que iria dos conceitos aos enunciados, e não vice-versa.

Em seus escritos tardios, Frege mostrará explícito interesse em dar um fundamento firme à Ciência. De fato, toda a sua vida foi dedicada a esse propósito e não foi outra a razão pela qual ele iniciou sua investigação em Lógica, afinal. Sobre a Ciência, Frege diz que “um fato é um Pensamento que é verdadeiro. [...] A tarefa da Ciência não consiste em criar, mas sim em descobrir Pensamentos verdadeiros”²⁴.

Sem querer dar uma definição, chamo de ‘Pensamento’ a algo sobre cuja verdade podemos inquirir. Conto entre os Pensamentos tanto o que é verdadeiro quanto o que é falso. Conseqüentemente, posso dizer que o Pensamento é o sentido de um enunciado, sem querer com isto afirmar que o sentido de todo enunciado seja um Pensamento. O Pensamento, em si mesmo imperceptível através dos sentidos, veste-se com a roupagem perceptível do enunciado, tornando-se assim para nós mais facilmente apreensível. Dizemos que o enunciado expressa um Pensamento.²⁵

Frege tem um entendimento bastante específico do termo ‘Pensamento’, o qual merecerá assim aqui a inicial maiúscula. Se estamos a fazer Ciência, deveríamos nos interessar pela pergunta “É verdade?”, e tal pergunta só faz sentido quando aplicada a Pensamentos. Até agora, sabemos que os Pensamentos são os sentidos dos enunciados, mas “por que o Pensamento não nos basta? Porque estamos preocupados com seu valor-de-verdade. [...] É, pois, a busca da verdade, onde quer que seja, o que nos dirige do sentido para a referência”²⁶. Eis porque Frege identifica a referência do enunciado com seu valor-de-verdade, quer dizer, com a circunstância de que ele seja verdadeiro ou falso, e ainda insiste: não há outros valores-de-verdade (*tertium non datur*). Um enunciado com sentido é como um nome próprio, ele refere um objeto, o qual pode ser o Verdadeiro, mas também pode ser o Falso. Com efeito, é muito diferente para um enunciado ser sem sentido ou exprimir um Pensamento falso. Às vezes um investigador levanta uma questão, mas não é capaz de

²³ Ibid., p. 138; ver ainda Kant, *Crítica da Razão Pura*, B 94.

²⁴ Frege, “O Pensamento”, 1918-19, in: *Investigações Lógicas*, p. 34.

²⁵ *ibid.*, p. 14-15.

²⁶ Frege, “Sobre o sentido e a referência”, *op. cit.*, p. 138.

respondê-la de imediato. Em ainda outras ocasiões, tais como no uso de uma estratégia indireta de demonstração (por exemplo, a redução ao absurdo), Pensamentos que se revelam falsos têm um uso mais do que justificável na Ciência.

O valor-de-verdade de um enunciado não deveria sofrer alteração se mudarmos da voz ativa para a passiva. Mas, nesse caso, é certo que podemos ter Pensamentos diferentes. Então, qual a natureza dos Pensamentos (segundo Frege)? Primeiro: Um Pensamento é objetivo, “um Pensamento não é uma representação e não é composto de representações. Pensamentos e representações são fundamentalmente distintos”²⁷. Podemos aprofundar esse ponto por meio de uma analogia:

Alguém observa a Lua através de um telescópio. Comparo a própria Lua à referência; ela é o objeto da observação, mediado pela imagem real projetada pela lente no interior do telescópio, e pela imagem retiniana do observador. A primeira imagem comparo ao sentido, a segunda, à representação ou intuição.²⁸

Um Pensamento não é o ato subjetivo do pensar, mas o conteúdo objetivo capaz de constituir a propriedade comum de muitos que pensam. No entanto, não podemos comparar as representações de dois homens, a menos que sejamos capazes de reuni-las numa única consciência. “Isto não impede que vários indivíduos apreendam o mesmo sentido; mas eles não podem ter a mesma representação. *Si duo idem faciunt, non est idem*”²⁹.

Os Pensamentos não são nem coisas do mundo exterior, nem representações. É preciso admitir um terceiro domínio. Elementos deste domínio têm algo em comum com as representações, por não poderem ser percebidos pelos sentidos, e também com as coisas, por não necessitarem de um portador a cujo conteúdo de consciência pertenceriam.³⁰

Nem sequer na mesma pessoa podemos dizer que um dado sentido fixo está sempre ligado à mesma representação. Os Pensamentos preexistem, e quando alguém os apreende, essa pessoa não os cria, mas apenas passa a manter com eles uma certa relação. Isso pode parecer obscuro, mas as entidades nesse ‘terceiro domínio’ são

²⁷ Frege, “Logik”, 1897, in: *Nachgelassene Schriften*, p. 137.

²⁸ Frege, “Sobre o sentido e a referência”, *op. cit.*, p. 135.

²⁹ *Ibid.*

³⁰ Frege, “O Pensamento”, *op. cit.*, p. 27.

também atemporais, e essa rigorosa atemporalidade explica, por exemplo, por que um astrônomo pode empregar uma verdade matemática na investigação de eventos há muito passados, que ocorreram antes mesmo de alguém reconhecer a dita verdade. Mas Frege realmente precisa de um Pensamento para perguntar pela Verdade. Nos *Grundgesetze der Arithmetik* (conhecido em português como *Leis Básicas da Aritmética*), cujo primeiro volume é de 1893 e o segundo de 1903, “ele destaca a introdução de valores-de-verdade como a realização mais significativa da teoria da referência”³¹. A suposição de que a referência do enunciado é seu valor-de-verdade explica por que a intersubstitutividade *salva veritate* é um princípio operacional: não devemos esperar qualquer mudança no valor-de-verdade do enunciado se substituirmos uma parte dele por uma expressão com a mesma referência.

Há outra inovação importante trazida à lógica tradicional por Frege. Ele subverte a relação canônica do juízo para com suas partes, ignorando a distinção linguística entre sujeito e predicado e propondo uma nova interpretação dos enunciados: eles seriam constituídos pelas expressões linguísticas de uma função e de seu argumento. “Nisto sigo fielmente o exemplo da linguagem formal da matemática, na qual só de maneira muito forçada se pode distinguir sujeito de predicado”³²:

A expressão ‘relação entre o sujeito e o predicado’ designa duas relações totalmente diversas, conforme o sujeito seja um objeto ou um conceito. Assim sendo, o melhor seria banir inteiramente da Lógica as palavras ‘sujeito’ e ‘predicado’, já que elas nos levam sempre a confundir duas relações radicalmente diferentes: a de cair um objeto sob um conceito e a de subordinar um conceito a outro conceito.³³

Ainda temos de esclarecer toda essa balbúrdia de função-argumento-conceito-objeto. Frege jamais se preocupa em apresentar uma definição propriamente dita desses termos. Ele se defende dizendo ser impossível dar uma definição para algo que é logicamente simples, e portanto ele não pode fazer mais do que indicar o que quer dizer. Ademais, “nenhuma definição é criadora a ponto de poder dar a uma coisa propriedades que esta nunca teve; salvo a propriedade de expressar e designar algo em virtude da própria definição”³⁴. Podemos quando muito dizer que uma função é um objeto ‘insaturado’, algo que ainda precisa de alguma complementação.

³¹ Frege, “O Pensamento”, *op. cit.*, p. 27.

³² Frege, *Conceitografia*, § 3.

³³ Frege, “Digressões sobre o sentido e a referência”, *op. cit.*, p. 162.

³⁴ Frege, “Função e conceito”, 1891, in: *Lógica e Filosofia da Linguagem*, p. 83-84.

Isto pode ser comparado com a divisão de uma reta por um ponto. Fica-se inclinado a incluir o ponto de divisão em ambas as semi-retas. Mas caso se queira fazer a divisão de maneira rigorosa, de modo a não contar nada duas vezes e nem deixar nada de fora, há que incluir o ponto de divisão em apenas uma das semi-retas. Esta semi-reta se tornará completa em si mesma e pode ser comparada ao argumento, enquanto que à outra semi-reta faltará alguma coisa: o ponto de divisão, que poderia ser denominado seu ponto terminal, não lhe pertence. Somente lhe adicionando esse ponto terminal, ou um segmento de reta com dois pontos terminais, obtém-se algo completo.³⁵

Com funções podemos construir equações e outras relações. O argumento da função não é intrínseco à função, mas vem junto a ela de modo a formar um todo completo. Do comentário acima podemos depreender que, se a função é algo ‘incompleto’, então seu argumento não pode ser igualmente ‘incompleto’. Juntos, função e argumento devem formar um objeto ‘saturado’. É claro, como admite o próprio Frege, que os termos ‘completo’ e ‘saturado’ são apenas figuras de linguagem, mas definitivamente não descrevem processos temporais. Segundo Frege, podemos tomar um objeto como argumento, a saber, qualquer coisa que não seja uma função, de modo que a expressão completa não contenha lugares vazios. Um conceito é uma função cujo valor é sempre um valor-de-verdade; nesse caso, escolhemos tratar da ‘insaturabilidade’ da função como a ‘natureza predicativa’ do conceito. Assim, se juntarmos um conceito e um objeto, obtemos um valor-de-verdade. Um efeito colateral disso é que temos de considerar a referência de um enunciado como um objeto, e é por isso que os valores-de-verdade são objetos. Enunciados são nomes de valores-de-verdade.

Considerando ‘sujeito’ e ‘objeto’ no sentido linguístico, podemos dizer que um conceito é aquilo que um predicado refere, ao passo que um objeto é algo que nunca pode ser a referência completa de um predicado, mas pode ser o que é significado por um sujeito. Em outras palavras, podemos dizer que um conceito tem uma natureza predicativa, mas um objeto não, embora o signo linguístico que o designa possa ser parte de uma expressão predicativa. Por exemplo, no enunciado “Vênus é um planeta com um período de revolução mais curto do que o da Terra”, o objeto é a referência da palavra ‘Vênus’ e o conceito é a referência do resto do enunciado. Dentro da expressão do conceito, temos a palavra ‘Terra’, a qual pode, por si mesma, ser corretamente entendida como o nome de um objeto.

Passamos, finalmente, dos Pensamentos aos nomes próprios e podemos, agora, afirmar brevemente: um nome próprio é um signo para

³⁵ *ibid.*, p. 86.

um objeto. Mas também mostramos que enunciados, ou ao menos aqueles com as quais desejamos trabalhar, possuem um Pensamento como seu sentido e um valor-de-verdade como sua referência. “Podemos agora reconhecer três níveis de diferença entre palavras, expressões e enunciados completos. Esta diferença pode dizer respeito apenas às representações, ou ao sentido mas não à referência, ou finalmente também à referência”³⁶. Nossa próxima e definitiva tese será de que podemos nos mover ainda de maneira mais suave transitando entre esses três domínios, a saber, a linguagem, o sentido e a referência: podemos transferir nossa análise dos enunciados livremente de um nível a outro. Por conseguinte, estamos realmente justificados em postular um sentido e uma referência tanto para os nomes próprios quanto para expressões conceituais.

Os nomes, sejam simples ou compostos, que constituem o nome de um valor-de-verdade contribuem para a expressão do Pensamento, e tal contribuição dos constituintes individuais consiste no seu sentido. Se um dado nome é uma parte do nome de um valor-de-verdade, então o sentido do primeiro é parte do Pensamento expresso pelo último.³⁷

Frege às vezes diz isto assim, e às vezes diz de maneira inversa: “Podemos considerar um enunciado como um mapeamento do Pensamento: correspondendo à relação todo-parte entre um Pensamento e suas partes temos, em larga medida, a mesma relação entre um enunciado e suas partes”³⁸. Ele também diz: “O mundo dos Pensamentos tem seu reflexo no mundo dos enunciados, expressões, palavras, signos. À estrutura do Pensamento corresponde a composição do enunciado a partir de palavras, e a ordem destas últimas em geral faz diferença.”³⁹. Frege quer realmente nos convencer que a estrutura de um enunciado pode servir como um bom retrato da estrutura do Pensamento. Mas sejamos mais uma vez cuidadosos: “Na realidade, falamos figurativamente quando transferimos ao Pensamento a relação entre o todo e a parte. Esta analogia, porém, é tão justa e, de modo geral, tão pertinente, que dificilmente nos deixamos perturbar por suas eventuais imperfeições”⁴⁰.

De fato, não precisamos reproduzir essa linha argumentativa para mostrar ser possível exportar a mesma operação de análise para o

³⁶ Frege, “Sobre o sentido e a referência”, *op. cit.*, p. 136.

³⁷ Frege, *Leis Básicas*, § 32.

³⁸ Frege, “[Aufzeichnungen für Ludwig Darmstaedter]”, 1919, in: *Nachgelassene Schriften*, p. 275.

³⁹ Frege, “A negação”, 1918-1919, in: *Investigações Lógicas*, p. 50.

⁴⁰ Frege, “Pensamentos compostos”, 1923, in: *Investigações Lógicas*, p. 243.

domínio da referência. Já no início de nossa discussão, afinal, introduzimos as noções de conceito e objeto paralelamente aos itens linguísticos que os designam. Em suma, diz Frege que “a análise do enunciado corresponde a uma análise do Pensamento, e isso, por sua vez, a algo no domínio da referência, e eu diria que este é um fato lógico primitivo”⁴¹. Então, novamente podemos dizer que os nomes próprios devem ter sentido e referência.

Tudo que nos resta fazer, por conseguinte, se de fato ainda nos assolam tais inquietações, seria oferecer critérios para o reconhecimento de nomes próprios dentre os seguintes candidatos:

- (1) A expressão não começa com um artigo indefinido (inversamente, um artigo definido no começo pode ser um sinal de um nome próprio).
- (2) A expressão não contém variáveis livres.
- (3) A expressão não pode ocorrer propriamente como predicado de um enunciado (mas pode ser parte de um predicado).
- (4) A expressão pode flanquear o signo de identidade, à esquerda ou à direita, e com isso [contribuir para] formar um enunciado completo.⁴²

Para um estudo específico do verbo ‘é’ usado em enunciados de identidade, recordemos dois enunciados que já analisamos: “Héspero é Fósforo” e “Héspero é um planeta”. No primeiro enunciado, o verbo é usado como o sinal de igualdade na Matemática, para exprimir uma equação. Na segunda, é usado como uma cópula, um signo verbal de predicação; estamos dizendo, então, que algo cai sob um conceito, e o predicado gramatical refere esse conceito. Devemos observar que uma equação é simétrica, mas o fato de um objeto cair sob um conceito é uma relação assimétrica. De fato, Frege também admitiria enunciados como “A estrela d’alva é um planeta”, mas vale recordar que aqui não estamos lidando com esses nomes estritamente descritivos como ‘A estrela d’alva’.

Kripke

Absolutamente sem sentido

Em janeiro de 1970, Saul Kripke ofereceu três palestras na Universidade de Princeton, as quais foram transcritas quase *verbatim* num livro intitulado *Naming and Necessity* (traduzido como *O Nomear e a Necessidade*). Como veremos, muitos anos depois daquelas tímidas

⁴¹ Frege, carta a Russell, in: Currie, *op.cit.*, nota na p. 123.

⁴² Sluga, *op. cit.*, p. 122.

primeiras incursões de Frege em Filosofia da Linguagem, a paisagem parecerá bastante diferente. Desse ponto em diante no presente trabalho, sempre que não houver risco de ambiguidade, usaremos a palavra ‘proposição’ ao invés de ‘Pensamento’ e a palavra ‘significado’ como equivalente a ‘sentido’. Além disso, quando falarmos de ‘mundos possíveis’, usaremos indiferentemente essa denominação ou as alternativas ‘histórias do mundo’ e ‘situações contrafactuais’. Mas junto com esse novo vocabulário, podemos também encontrar em Kripke uma nova classificação das verdades, distinta tanto da de Kant quanto da de Frege. Talvez tenhamos de admitir de fato que “*como* alguém interpreta a necessidade, a analiticidade e o *a priori*, bem como as ligações entre estas noções, é precisamente algo que é relativo à teoria filosófica (do conhecimento ou da linguagem) que é tomada como pano de fundo”⁴³. Entretanto, como antes, procederemos aqui no sentido inverso, apresentando as formulações conceituais relevantes primeiro, para só depois nos debruçarmos sobre a teoria filosófica que delas se faz acompanhar.

Quanto ao nosso primeiro par, *a priori* / *a posteriori*, trata-se de noções advindas do campo da epistemologia. Na caracterização feita por Kripke, o *a priori* é “algo que *pode* ser conhecido independentemente de qualquer experiência”⁴⁴, e ele enfatiza que *podemos*, e não que *devemos* (são modalidades bem distintas): “Pode ocorrer de algo pertencer ao domínio dos enunciados que é *possível* conhecer *a priori* e, ainda assim, ser conhecido por certas pessoas com base na experiência”⁴⁵. Podemos aprender, por exemplo, que um número é primo apenas por realizarmos os cálculos necessários para tal verificação, mas também podemos descobrir empiricamente que um certo número é primo, deixando que um computador faça a verificação por nós, ou lendo a respeito disso num livro de Matemática, ou mesmo perguntando a um matemático profissional. De maneira complementar, chamaremos *a posteriori* às coisas que *não podem* ser conhecidas sem algum recurso à experiência.

Ao opormos acima *poder* e *dever*, confrontamos rudimentarmente uma possibilidade com uma necessidade. Ora, Kripke empresta da metafísica outro par, necessário / contingente. Essas noções foram tomadas de empréstimo de Leibniz por Kant, mas foram completamente ignoradas por Frege. No jargão de Leibniz, poderíamos dizer algo como: uma verdade necessária é tal que negá-la implica em contradição, ao passo que isto não ocorre ao negar uma verdade contingente. Geralmente, consideramos enunciados matemáticos como necessariamente verdadeiros ou necessariamente falsos, sejamos

⁴³ Grayling, *op. cit.*, p. 90.

⁴⁴ Kripke, *O Nomear e a Necessidade*, p. 83.

⁴⁵ *ibid.*

capazes de decidir isso ou não. A conjectura de Goldbach diz que um número par maior que 2 tem de ser a soma de dois números primos. Como ainda não sabemos se essa conjectura é verdadeira ou falsa, temos aqui um bom exemplo de um enunciado cujo resultado sabemos ser necessário, mas sem ainda sabermos que resultado é esse — por ora, não sabemos nada *a priori* acerca dele.

Quanto ao par semântico, analítico / sintético, Kripke manifesta sua falta de preocupação: “estipulemos que um enunciado analítico é, num certo sentido, verdadeiro em virtude do seu significado, e verdadeiro em todos os mundos possíveis em virtude do seu significado. Então, o que for analiticamente verdadeiro será ao mesmo tempo necessário e *a priori*”⁴⁶. O que realmente o interessa mais, aqui, é avisar que “não é óbvio que os termos ‘necessário’ e ‘*a priori*’, tal como se aplicam a enunciados, sejam sinônimos [...]. Defenderei mais adiante que, de fato, eles nem sequer são coextensivos — que existem verdades necessárias *a posteriori* e, provavelmente, também verdades contingentes *a priori*”⁴⁷. Se Kripke tem razão nesse ponto, ele encontrou destarte duas categorias não classificáveis segundo os padrões kantianos.

Esta é uma boa oportunidade para introduzirmos explicitamente a terminologia de ‘mundos possíveis’. Ela servirá de base para Kripke construir sua crítica da teoria do sentido e da referência de Frege. Kripke sustentará que algo como o sentido de um nome próprio não pode existir, e podemos reconhecer, aqui, de certa forma, uma versão ampliada e atualizada de uma teoria devida a John Stuart Mill, para quem os nomes próprios possuem denotações, mas não conotações. Assim lê Kripke um dos exemplos de Mill:

Quando usamos o nome ‘Dartmouth’ para descrever uma certa localidade na Inglaterra, esta é assim chamada, possivelmente, por se situar na foz do rio Dart. Mas, segundo Mill, mesmo que o rio Dart mudasse o seu curso e que Dartmouth deixasse de se situar na sua foz, poderíamos continuar a chamar, com propriedade, essa localidade de ‘Dartmouth’, apesar de o seu nome sugerir que se situaria na foz do Dart. Mudando a terminologia de Mill, talvez devêssemos dizer que um nome como ‘Dartmouth’ *tem* uma ‘conotação’ para algumas pessoas, a saber, conota (não para mim, pois nunca pensei nisso) que qualquer local chamado ‘Dartmouth’ se situa na foz do Dart. Mas então, de certa maneira, este nome não tem um ‘sentido’. No mínimo, não faz parte do *significado* do nome ‘Dartmouth’ que a cidade assim chamada se situe na foz do Dart.

⁴⁶ *ibid.*, p. 87.

⁴⁷ *ibid.*, p. 86.

Uma pessoa que afirmasse que Dartmouth não se situa na foz do Dart não estaria se contradizendo.⁴⁸

Não é difícil encontrar pontos fracos na teoria de Mill. Seu problema de base é como podemos determinar qual é o referente de um nome tal como usado por dado falante. A perspectiva fregueana é capaz de satisfazer esta exigência acerca de uma explicação para a relação de referenciação — determinamos a referência por via do sentido.

Prometemos antes, contudo, apresentar uma explicação sobre o aparato técnico dos ‘mundos possíveis’. Frequentemente desejamos responder a uma questão simples: como *seria* o mundo, se as coisas *tivessem sido* diferentes?

O que principal e originalmente motivou a análise em termos de ‘mundos possíveis’ — e aquilo em que essa análise esclareceu a lógica modal — foi o fato de ela permitir tratar a lógica modal através das mesmas técnicas conjuntistas da teoria dos modelos que tinham dado tão bons resultados na sua aplicação à lógica extensional. Tal análise também é útil para clarificar certos conceitos.⁴⁹

Os mundos possíveis são ‘os modos em que o mundo poderia ter se apresentado’, ou estados ou histórias do mundo como um todo. Não encontramos um uso para tal dispositivo heurístico na obra de Frege, uma vez que ele não explorou a área da Lógica conhecida como lógica modal. Como afirma um de seus biógrafos, “a sua agenda predominantemente matemática o tornara relativamente desinteressado nos campos da Lógica que dizem respeito a inferências acerca daquilo que é transiente ou mutável”⁵⁰.

Com o linguajar dos ‘mundos possíveis’ e uma abordagem modelo-teórica, podemos agora fazer uma nova leitura do significado dos constituintes de uma linguagem:

O significado de um termo singular é uma função dos mundos possíveis aos objetos, o significado de um predicado é uma função dos mundos às n -uplas ordenadas de objetos, e o significado de enunciados é uma função dos mundos aos valores-de-verdade. Da mesma maneira, no que diz respeito aos objetos abstratos *propriedades* e *relações*, uma propriedade pode ser definida como uma função de mundos a conjuntos de objetos, e uma relação,

⁴⁸ *ibid.*, p. 72.

⁴⁹ *ibid.*, Prefácio, nota 18, p. 62.

⁵⁰ Kenny, *op. cit.*, p. 210.

similarmente, pode ser definida como uma função dos mundos às n -uplas ordenadas de objetos. Um círculo perfeito é então completado ao entendermos as *proposições* como funções dos mundos aos valores-de-verdade.⁵¹

Por fim, uma verdade necessária é aquela que é verdadeira em todos os mundos possíveis, numa formulação alternativa que é provavelmente herdada também de Leibniz.

À luz da familiaridade de Frege com as obras de Leibniz, é surpreendente que ele jamais mencione a caracterização leibniziana das verdades lógicas em todos os mundos possíveis. Podemos apenas especular que a sua presunção de que os conceitos de necessidade e de possibilidade não são em absoluto noções lógicas legítimas o teria levado a desprezar a caracterização leibniziana.⁵²

Começamos, então, com os nomes, ou nomes próprios, isto é, o nome de uma pessoa, uma cidade, um país etc. Na teoria de Frege, também temos as descrições. Kripke usará uma terminologia comum para cobrir tanto os nomes quanto as descrições — ele os chamará ‘designadores’. O referente de um nome ou de uma descrição será por ele chamado de ‘referente semântico’: para um nome, o referente semântico é a coisa nomeada, e para uma descrição é a única coisa que satisfaz a dita descrição.

Digamos que uma expressão é um *designador rígido* se ela designar o mesmo objeto em todos os mundos possíveis; se não for esse o caso, então trata-se de um *designador não-rígido* ou *acidental*. É claro, não exigimos que os objetos existam em todos os mundos possíveis. Nixon poderia com certeza não ter existido, no decurso normal das coisas, caso os seus pais não tivessem se casado. Quando pensamos que uma propriedade é essencial a um objeto, o que costumamos querer dizer é que ela é verdadeira acerca desse objeto em todos os casos em que este exista.⁵³

Kripke prefere sustentar ‘teses intuitivas’. Uma delas afirma que a noção de propriedades essenciais não triviais é prenhe de significação, dado que tais propriedades têm conteúdo intuitivo, e ele crê que isto constitui forte evidência em favor desta tese. Outra tese — que nos interessará mais aqui — é a de que nomes são designadores rígidos.

⁵¹ Grayling, *op. cit.*, p. 70.

⁵² Sluga, *op. cit.*, p. 108.

⁵³ Kripke, *op. cit.*, p. 99.

Tomemos um exemplo, o do nome ‘Aristóteles’. Conforme afirma o próprio Frege, pode ser o caso de diferentes pessoas darem sentidos distintos a esse mesmo nome. Assim, uma pessoa pensará no discípulo de Platão, outra no professor de Alexandre, o Grande, outra ainda lembrará que Aristóteles foi um grande filósofo nascido em Estagira. Mas, agora, podemos pensar em mundos possíveis nos quais Aristóteles não teria alguma dessas características, ou mesmo nenhuma delas. Esta única amostra pode nos fazer suspeitar tanto acerca dessa exigência de um sentido para chegar a uma referência, quanto também do próprio aparato dos ‘mundos possíveis’. Com relação a este último, perguntaríamos acerca das condições de identificação desse mesmo Aristóteles em diferentes mundos possíveis. Com relação à primeira, perguntaríamos como podemos escolher um desses sentidos, se todos eles se revelam contingentes. Lembremos o que diz Frege: devemos tolerar essas variações de sentido, a serem evitadas numa linguagem perfeita, sempre que a referência se mantiver a mesma; mas ele também diz que não devemos identificar o sentido de uma expressão com a representação associada, pois isso significaria que o sentido varia de pessoa para pessoa. Ele, na verdade, parece estar bem ciente dessa debilidade de sua teoria quando diz que “deve-se realmente exigir que a cada nome próprio se associe uma única maneira de se apresentar aquilo que ele designa. A satisfação desta exigência é frequentemente desimportante, mas nem sempre”⁵⁴. O que podemos concluir disso? Evidentemente, não é possível salvar a teoria de Frege se não pudermos confiar em sentido algum para o nome próprio...

Pode parecer, assim, que a teoria fregeana foi subtraída de um ponto fulcral. Mas Kripke diz que isso não é tão simples assim. Ele diz que o problema da ‘identidade através de mundos possíveis’, ou ‘identificação transmundana’, é um falso problema. Ele surge de uma confusão do epistemológico com o metafísico, confusão esta que nos faz exigir descrições puramente qualitativas de situações contrafactuais. Ele entende que o aparato dos ‘mundos possíveis’ ajudou bastante, mas também encorajou pseudo-problemas e imagens enganadoras.

Um mundo possível não é um país distante que encontramos ou que observamos através de um telescópio. De um modo geral, outros mundos possíveis estão demasiado distantes. Mesmo que viajássemos mais rápido do que a luz, não os alcançaríamos. Um mundo possível é *dado pelas condições descritivas que a ele associamos*. [...] Mundos possíveis são *estipulados*, e não *descobertos* por telescópios poderosos.⁵⁵

⁵⁴ Frege, “O Pensamento”, *op. cit.*, p. 22.

⁵⁵ Kripke, *O Nomear e a Necessidade*, p. 93.

Como já foi dito, no que diz respeito a situações contrafactuais, as coisas não são ‘descobertas’; elas são estipuladas. Neste ponto as pessoas botaram o carro na frente dos bois. Não precisamos encontrar um conjunto puramente qualitativo de condições necessárias e suficientes para ser Aristóteles; e provavelmente não o encontraríamos mesmo que assim o desejássemos. Podemos simplesmente considerar *Aristóteles* e perguntar o que poderia ter acontecido *a ele* se as circunstâncias tivessem sido diferentes. Dado que estamos considerando ‘Aristóteles’ como um designador rígido, podemos referi-lo (rigidamente) e estipular que estamos falando daquilo que poderia ter acontecido *a ele*, sob certas circunstâncias. Dessa maneira, definitivamente não corremos o risco de perder nosso objeto no meio do caminho.

Parece que a questão da ‘identidade através dos mundos possíveis’ é equivalente à questão das propriedades essenciais, isto é, ao essencialismo. E certamente ela o é. O que é preservado de Aristóteles, se realmente cancelamos todas as descrições que costumamos a associar a ele? Será que ele simplesmente deixará de ser Aristóteles? Dado o postulado de que ‘Aristóteles’ é um designador rígido, isso não pode acontecer, pois um designador rígido designa certo objeto somente se designa aquele objeto onde quer que ele exista. Embora Aristóteles pudesse sequer ter sido um filósofo, não é o caso de ele não poder ter sido Aristóteles (embora ele pudesse não ter sido chamado de ‘Aristóteles’). Assim, deveríamos ter em conta que há uma aristotelicidade, alguma propriedade essencial de Aristóteles, alguma característica única que não pode deixar de pertencer a Aristóteles. Vale recordar que Kripke, por um lado, realmente crê na capacidade de significação da noção de propriedades essenciais não triviais; não obstante, ele também tem de explicar, por outro lado, quais poderiam ser as propriedades essenciais dos objetos, de modo que um nome ainda tenha uma referência mesmo quando todas as descrições associadas a ele por algum falante mostrarem-se falsas. Além disso, deveria haver alguma maneira de *fixar a referência* de uma palavra ou frase para fazermos uma primeira identificação de nosso objeto.

Kripke supõe que os nomes *referem*, mesmo no caso de uma descrição definida usada para fixar a referência de um nome ser falsa quanto ao referente do nome.

Dois homens avistam alguém ao longe e julgam que é Jones. “O que Jones está fazendo?” “Está varrendo as folhas.” Se o varredor de folhas lá ao longe for de fato Smith, então, num certo sentido, eles estão *referindo* Smith, embora usem ambos ‘Jones’ *como um nome de Jones*. Quando, no texto, falo do ‘referente’ de um nome, quero dizer a coisa nomeada pelo nome — por exemplo, Jones, e não Smith

— embora, às vezes, possamos propriamente dizer que um falante usa o nome para referir outra pessoa.⁵⁶

O falante pode referir algo distinto do referente semântico se nutrir crenças falsas que se adequem a tal referência. Além do mais, podemos dizer que em geral não é possível saber *a priori* que todas as descrições associadas com o referente do nome são verdadeiras quanto ao referente, ou que pelo menos algumas o são. Uma pessoa não determina uma referência para ‘Aristóteles’ com uma cerimônia privada realizada em seu estúdio: “Por ‘Aristóteles’ quero dizer o homem que fez isso e isso e aquilo e mais aquilo”. A sugestão de Kripke é que podemos fixar a referência por meio de uma cadeia de comunicação que vai até o batismo inicial.

O esboço do enunciado de uma teoria poderia ser assim: Há um ‘batismo’ inicial. Ali o objeto pode ser nomeado por ostensão; ou a referência do nome pode ser fixada por uma descrição. Quando o nome é ‘transmitido de elo em elo’, julgo que o receptor do nome tem de ter a intenção, quando o aprende, de o usar com a mesma referência que o homem de quem o ouviu.⁵⁷

Kripke avalia que essa não é realmente uma teoria, já que as condições são muito menos específicas do que deveria ser um conjunto real de condições necessárias e suficientes para a referência: “Nem todo gênero de cadeias causais que se estendem de mim até uma certa pessoa conseguirão fazer-me referir”⁵⁸. Ele não está sendo rigoroso e de fato não pretende sê-lo. Tudo o que Kripke deseja é apresentar uma perspectiva melhor. Para ele, parece apenas que é errado pensar — conforme sugerido por uma perspectiva descritivista — que nós estabelecemos algumas propriedades que de uma certa maneira indicam, qualitativa e unicamente, um objeto e que dessa maneira determinam a nossa referência.

Poderemos nunca alcançar um conjunto de condições necessárias e suficientes. Não sei, eu tendo sempre a concordar com o bispo Butler quando este diz: “Tudo é o que é, e não outra coisa” — no sentido não-trivial de que análises filosóficas de um conceito como o de referência, em termos completamente diferentes que não façam qualquer menção à referência, têm boas chances de falhar. É claro que, em qualquer caso particular, quando nos é oferecida uma análise, temos de olhar para ela e ver se é verdadeira ou falsa. Mas,

⁵⁶ *ibid.*, nota 3, p. 71.

⁵⁷ *ibid.*, p. 158.

⁵⁸ *ibid.*, p. 154.

de modo mais cauteloso, pretendo apresentar uma imagem melhor, sem oferecer um conjunto de condições necessárias e suficientes para a referência. Condições desse gênero seriam muito complicadas, mas a verdade é que é em virtude da nossa conexão com outros falantes da comunidade, regredindo até o próprio referente, que referimos um certo homem.⁵⁹

Estabelecemos, assim, graças ao fato de participarmos de uma comunidade, uma cadeia (causal) de comunicação que retrocede até Aristóteles, mesmo se não conseguirmos identificá-lo unicamente, não conhecermos suas obras e não soubermos onde ouvimos falar dele. No entanto, “Kripke está ciente de que ‘causalmente associado de *uma forma apropriada*’ é algo que ainda necessita de bastante detalhamento; uma vez que ele não fornece nenhuma explicação adicional, ainda não está garantido que a explicação causal não vá se revelar trivial ou falsa”⁶⁰.

No que diz respeito às propriedades essenciais de Aristóteles, provavelmente não podemos apenas identificá-las com as propriedades *importantes*:

As propriedades *importantes* de um objeto não têm de ser essenciais, a não ser que se use ‘importância’ como um sinônimo de essência; e um objeto poderia ter propriedades muito diferentes das suas propriedades reais mais notáveis ou diferentes das propriedades que usamos para identificá-lo.⁶¹

De fato, não precisamos nos preocupar com essa dificuldade levantada pela adesão de Kripke a certa espécie de essencialismo. Mas podemos aqui acrescentar que as suas sugestões para o que poderia exercer a função de uma propriedade essencial de um objeto seriam sua origem e sua substância. Isso quer dizer que não parece ser possível dizer que uma pessoa poderia ter sido concebida de outro esperma e outro óvulo totalmente diferentes dos que ela obteve de seus pais; e também que parece igualmente improvável que uma pessoa pudesse não ter a propriedade de *ser uma pessoa*.

É óbvio que também essas sugestões podem ser questionadas. Notamos que quando tentamos tornar a *quase*-teoria de Kripke mais precisa as coisas tornam-se visivelmente problemáticas. Isso torna ainda

⁵⁹ *ibid.*, p. 155.

⁶⁰ Haack, *op. cit.*, p. 95-96.

⁶¹ Kripke, *op. cit.*, p. 134.

mais tentador lembrar aqui uma das observações de Frege acerca do desejo de dar definições para conceitos que pretendemos empregar:

É certamente louvável procurar esclarecer a si mesmo, na medida do possível, o sentido que se associa a uma expressão. Mas aqui não devemos esquecer que nem tudo pode ser definido. Querer definir a todo custo o que é em essência indefinível leva-nos facilmente a nos enredarmos com acessórios inessenciais, conduzindo assim a investigação desde o início por um caminho errado.⁶²

Com esse mesmo raciocínio, Frege concluirá que a palavra ‘verdadeiro’ é indefinível, uma vez que sua definição envolve um (impossível) regresso infinito. Pondo agora o argumento de pontacabeça, Kripke poderia usá-lo para atacar a própria teoria do sentido — um sentido dado por uma descrição definida abreviada ou disfarçada de nome próprio: se insistimos, a todo custo, em substituir nomes por descrições associadas, acabaremos nos deparando com propriedades inessenciais, contingentes, as quais realmente não caracterizam o objeto que o nome refere.

Kripke critica Frege por usar o termo ‘sentido’ em dois sentidos, e, de maneira correspondente, por não distinguir dois sentidos de ‘definição’ usados na fala cotidiana. Ele propõe uma separação fina entre uma definição que *dá um sinônimo* para a palavra definida e uma definição que *fixa a referência* da palavra: “Devemos ter sempre presente o contraste entre as propriedades *a priori* mas talvez contingentes que um termo traz consigo, dadas pela maneira como a sua referência foi fixada, e as propriedades analíticas (e portanto necessárias) que um termo pode trazer, dadas pelo seu significado”⁶³. Para exemplificar, imaginemos que definimos ‘um metro’ dizendo que um metro é o comprimento de *S* em um tempo fixado t_0 , onde *S* é certa vareta ou barra em Paris:

Qual é, então, o estatuto *epistemológico* do enunciado “A barra *S* tem um metro de comprimento em t_0 ” para uma pessoa que fixou o sistema métrico por referência à barra *S*? Pareceria que ela o conhece *a priori*. Pois se ela usou a barra *S* para fixar a referência do termo ‘um metro’, então, em consequência deste gênero de ‘definição’ (que não é uma definição por abreviatura ou por sinonímia), ela sabe automaticamente, sem mais investigação, que *S* tem um metro de comprimento. Por outro lado, mesmo que *S* seja usada como o padrão para um metro, o estatuto *metafísico* de “*S* tem um metro de comprimento” será o de um

⁶² Frege, “A negação”, *op. cit.*, p. 53.

⁶³ Frege, “A negação”, *op. cit.*, p. 53.

enunciado contingente, uma vez que se tome ‘um metro’ como um designador rígido: submetida a forças e a tensões apropriadas, a aquecimento ou a resfriamento, S teria tido um comprimento diferente de um metro já em t_0 .⁶⁴

Enunciados contingentes *a priori* não são um problema para a classificação de Kripke, tendo em vista as suas definições mais flexíveis que foram expostas no início desta seção. Tais espécies de enunciados têm origem naturalmente a partir de situações como aquela mencionada anteriormente, na qual vemos uma definição que estipula que ‘um metro’ deve ser um designador *rígido* do comprimento que é de fato o comprimento de S em t_0 .

Ainda resta uma questão válida: o que podemos resgatar da teoria do sentido? Não muito. Na verdade, há algumas situações em que a imagem descritivista pode ser verdadeira, pois as pessoas vão mesmo para o recesso de seus quartos e dizem que o referente de um dado nome deve ser a única coisa com certas propriedades identificadoras. Um caso que podemos imaginar é o do ‘chupa-cabras’, nome este usado pela mídia para referir o animal, qualquer que ele seja, que tem andado sugando o sangue de todas essas cabras que se anda dizendo por aí, ou da maior parte delas. Sobre tal monstro Kripke teria insistido que “essa imagem em geral falha. Geralmente, a nossa referência depende, não apenas daquilo que nós próprios pensamos, mas das outras pessoas da comunidade, da história de como o nome chegou até nós, e coisas assim. É seguindo tal história que chegamos à referência”⁶⁵.

Como uma última indagação, examinemos brevemente o que Kripke tem a dizer acerca de enunciados de identidade, o tipo de equações que poderiam ter motivado toda essa história de sentido-e-referência. Recordemos que Frege queria explicar de que maneira o enunciado “Héspero é Héspero” poderia diferir em valor cognitivo do enunciado “Héspero é Fósforo”, embora, para ele, ambos devessem ser ditos analíticos; e, de maneira análoga, todo o corpo da Aritmética seria analítico. Bem, Kripke não precisa dar essa explicação, pois ele não nutre tais crenças acerca do estatuto epistemológico da Matemática, e ele não se preocupa realmente com a classificação — semântica — analítico / sintético. Ele separa a questão do significado de uma expressão referencial da maneira como a referência da expressão veio a ser fixada, e, com isso, ele des-epistemologiza a semântica. Se entendermos ‘Héspero’ e ‘Fósforo’ como designadores rígidos, ambos designam o planeta Vênus em todos os mundos possíveis; portanto, se

⁶⁴ Frege, “A negação”, *op. cit.*, p. 53.

⁶⁵ *ibid.*, p. 156.

eles coincidem em um mundo qualquer, eles devem coincidir sempre.⁶⁶ Como no nosso mundo eles realmente coincidem, então “Héspero é Fósforo” é um enunciado verdadeiro por força de necessidade. A única diferença entre esse enunciado e o enunciado “Héspero é Héspero” é que o primeiro é *a posteriori*, pois sua veracidade vem de uma descoberta astronômica, e este último é obviamente *a priori*, em qualquer acepção desse termo. Novamente, para Kripke, a existência de uma verdade necessária *a posteriori* não é um acontecimento inesperado. Não obstante, ela ainda pode ser uma surpresa para nós.

Referências

- CURRIE, G. *Frege: An introduction to his philosophy*. Atlantic Highlands, NJ: The Harvester Press Limited, 1982.
- FREGE, G. [Conceitografia] *Conceitografia — Uma linguagem formular do pensamento puro decalcada sobre a da Aritmética*. Introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado, Alessandro Duarte e Guilherme Wyllie. 1a. Ed. Seropédica, RJ: Editora do PPGFIL-UFRRJ, 2018.
- FREGE, G. [Fundamentos] *Os Fundamentos da Aritmética*. Seleção e tradução de Luís Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- FREGE, G. [Leis Básicas] *Die Grundgesetze der Arithmetik*. Jena: Hermann Pohle Verlag, Band I (1893), Band II (1903).
- FREGE, G. *Investigações Lógicas*. Organização, tradução e notas de Paulo Alcoforado. Porto Alegre-RS: EDIPUCRS, 2002.
- FREGE, G. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Seleção, introdução e notas de Paulo Alcoforado. 2ª ed. amp. e rev. São Paulo: EDUSP, 2009.
- FREGE, G. *Nachgelassene Schriften*. Org. de Hans Hermes e Friedrich Kambartel. Felix Meiner Verlag, DE: Hamburg, 1983.
- FREGE, G. *Wissenschaftlicher Briefwechsel*. Org. de Gottfried Gabriel, Hans Hermes, Friedrich Kambartel, Christian Thiel e Albert Veraart. Felix Meiner Verlag, DE: Hamburg, 1976.
- GRAYLING, A. C. *An Introduction to Philosophical Logic*. Atlantic Highlands, NJ: The Harvester Press Limited, 1982.
- HAACK, S. *Filosofia das Lógicas*. Trad.: Cezar Augusto Mortari; Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- KENNY, A. *Frege: An introduction to the founder of modern analytic philosophy*. Londres: Penguin Books, 1995.
- KNEALE, W & KNEALE, M. *The Development of Logic*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1962.
- KRIPKE, S. *O Nomear e a Necessidade*. Trad.: Ricardo Santos e Teresa Filipe. Lisboa: Gradiva, 2012.
- MARCOS, J. Logics of essence and accident. *Bulletin of the Section of Logic*, 34 (1):43-56, 2005.
- SLUGA, H. *Gottlob Frege*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1980.

⁶⁶ Uma formalização modal primitiva da noção assertórica de essencialidade aqui pressuposta, na qual a eventual veracidade de um enunciado implica na sua necessidade, foi introduzida por mim em um artigo de 2005 (conferir neste último em particular a discussão na seção 5).